



Publicado no D.O.E. de:	___/___/___
Seção I - página:	_____

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PARQUE DA JUVENTUDE – SÃO PAULO

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO
Nº 159/02/2019 – PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 2450142/2019**

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:

**DESPACHO PUBLICADO NO DOE DE 28/09/2018, PROCESSO CEETEPS Nº
818/2018**

**EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES E
CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ESCRITA**

A Comissão Especial de Concurso Público da **ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PARQUE DA JUVENTUDE** comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a Prova Escrita, a ser realizada na ETEC **ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PARQUE DA JUVENTUDE**, sita na **AV. CRUZEIRO DO SUL, 2630 – SANTANA – SÃO PAULO**, cidade **SÃO PAULO**, no dia e horário abaixo informados.

O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova Escrita, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início da prova, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade, de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO)

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS DE ARQUIVO(ARQUIVO)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

001/ Aline Santos Barbosa / 07.932.209-39 / 018.707.705-36;;
002/ RAQUEL OLIVEIRA MELO / 020.715.362-8 / 106.089.947-74;;
003/ CAMILLA CAMPOI DE SOBRAL / 28.046.907-3 / 370.122.978-32;

DATA DA PROVA ESCRITA: **24/10/2019**

HORÁRIO: 19H00

DURAÇÃO DA PROVA: 2 HORAS

PROGRAMA DA PROVA (segundo o Anexo VII do Edital de Abertura de Inscrições):

Lei de regulamentação do profissional arquivista e do técnico de arquivo

• Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978 – Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm.

Formas de gestão e acesso a arquivos

• Legislação internacional

? **INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). Multilíngual Archival Terminology.** Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/297>. Acesso em: 11 fev. 2018;

? **UNESCO. Records and archives management Programme (RAMP).(1979 a 2001).** Disponível em: http://www.unesco.org/archives/new2010/en/ramp_studies.html.

• Legislação nacional

? **CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Normas e diretrizes .** Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>;

? **BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: . Acesso em 20/05/2017;

? BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12965.htm;

? BRASIL . Lei Federal nº 8.159, de 21 de novembro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: . Acesso em: 20/05/2017;

? BRASIL. Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 20/05/2017. Legislação e Políticas de Arquivo • Acesso à informação

? Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm;

? SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 22.789, de 19 de outubro de 1984. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Diário Oficial do Estado, 20/10/1984, Sec. I, p. 01–02. Disponível em: . Acesso em: 04 fev. 2015;

? SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas. Disponível em: . Acesso em: 04 fev. 2015;

? SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 60.144, de 11 de fevereiro de 2014. Institui a Comissão Estadual de Acesso à Informação – CEAI e dá providências correlatas. Disponível em: . Acesso em: 04 fev. 2015. • Direito autoral

? BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm.

• Direito de imagem

? BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm;

? SAHM, Regina – Direito à Imagem no Direito Civil Contemporâneo. São Paulo: Editora Atlas, 2002. • Arquivos privados

? Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm.

• Declarados de interesse público e social ? CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 17, de 25 de janeiro de 2003. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/resolucoes-doconarq/525-resolucao-17>.

Legislações (Civil, Penal, Fiscal, entre outros) e prazos de guarda

• Código civil, direito comercial – empresarial;

• Normas e regras

? estes itens são referentes a prazos de guarda de documentos e há regras específicas sobre estes prazos, que já constam nas várias legislações citadas neste e em outros componentes.

Marco da Internet

• Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.

Legislação arquivísticas

• Regula a área arquivística

? BRASIL. Lei nº 6546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm.

• Normas que regulam a criação e funcionamento das organizações;

• Legislação que regula o exercício de atividades específicas

? CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Normas e diretrizes. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>.

Conceitos referentes a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso a Informação) e do Decreto nº 58.052, de 16/05/2012, que regulamenta a referida Lei no âmbito do estado de São Paulo.

SÃO PAULO, 11/10/2019

Nome e assinatura

Presidente da Comissão Especial de Concurso Público